

- (10) Para uma discussão mais detalhada do assunto, ver SCHMITZ, Sérgio. Planejamento estadual: a experiência catarinense com o Plano de Metas do Governo Estadual: PLAMEG 1961-1965. Florianópolis, Ed. da UFSC, 1985.
- (11) Sobre o BDE consultar SCHMITZ, Sérgio. Barcos Privados e Públicos em Santa Catarina: a trajetória do BDE. São Paulo, 1991. Tese (doutorado em História) - Curso de pós-graduação na área de História Econômica. Universidade de São Paulo, 1991.

MESTRE AFONSO DE TAUNAY

Odilon Nogueira de Matos

Não houve quem privasse com Afonso de Taunay que o não considerasse mestre, que ele verdadeiramente o foi, inclusive em funções docentes de alta relevância. Sua experiência nesse setor desdobra-se em três momentos muito diversos: na Escola Politécnica, no Ginásio de São Bento e, muitos anos mais tarde, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, da qual foi o primeiro professor de História do Brasil. Meu conhecimento direto refere-se apenas a esta última, onde tive o privilégio de ser seu aluno. Quanto às outras duas, tanto na Politécnica como no São Bento, outros que ali o tiveram como professor, já apresentaram, em diversas oportunidades, depoimentos plenos de sentido humano.

Ao criar-se, em 25 de janeiro de 1934, a Universidade de São Paulo, e com ela, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em cujo currículo previa-se uma cadeira de História do Brasil, ou mais precisamente, História da Civilização Brasileira, o nome do grande historiador não deixaria de ser lembrado para o exercício da nova cátedra. Todavia, pela distribuição das matérias, só em 1936 entrou o novo professor em atividade, pois a disciplina era ministrada no terceiro ano de curso de Geografia e História. Infelizmente, a permanência de Taunay à frente da cadeira que criou foi de apenas dois anos letivos, pois a constituição de 10 de novembro de 1937 vedou a acumulação de cargos públicos e Taunay optou pela direção do Museu Paulista, que já exercia havia vinte anos. Minha turma não chegou a tê-lo como professor, pois ao atingir o terceiro ano, já ele havia deixado a Faculdade. Mas, dado o meu interesse pela matéria e o relacionamento com o grande historiador, fiz questão de acompanhar suas aulas, como se fora aluno regular, uma vez que o horário dos trabalhos escolares me permitia esse privilégio.

Ao assumir a regência da nova cadeira da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, Taunay fez questão de salientar que seu curso seria não de História do Brasil, mas de História da Civilização Brasileira, e em sua aula inaugural lembro que um curso da natureza do que pretendia ministrar era absoluta novidade no meio cultural paulista, pois nossos professores e historiadores só se preocupavam com a história episódica, puramente fatural, sem a mínima atenção para com o aspecto interpretativo e, ainda assim, com ênfase quase exclusiva para os aspectos políticos e administrativos. Chegou a usar, para caracterizar nossa historiografia, uma pitoresca expressão muito do gosto dos franceses: história-batalha, com a qual se designava aquele tipo de história, que muita gente ainda faz, que só cuidava dos fatos isolados, nas suas mínimas particularidades, mas sem que se tirasse deles uma linha interpretativa,

ou sequer explicativa. Havia, entretanto, algumas exceções, e foi para essas que o mestre chamou a atenção dos seus alunos na aula inaugural, a começar por Capistrano de Abreu, o primeiro a dar valor aos problemas ligados à exploração interior do país, fazendo com que a história do Brasil deixasse de ser apenas litorânea. Mas ainda: passou em revista todos aqueles que, havia mais ou menos tempo, estavam procurando dar à história brasileira uma visão mais moderna, mais condizente com as tendências da historiografia contemporânea, encarando-a especialmente sob o enfoque da história econômica, da história social, da história dos costumes e da história da cultura. Tudo isto constituía, a seu ver, "campo enorme e mal amanhado ainda".

Aliás, sua aula inaugural, bem como a exposição de motivos que acompanha o programa que elaborou para a nova cadeira, não surpreendem a quem tenha lido a magnífica lição que proferiu na antiga Faculdade dos beneditinos, em 1911, ou seja um quarto de século antes. Naquela aula estão as linhas mestras da sua maneira de entender a história, página que merece reimpressão, pois nela muito teriam a aprender estudantes e mesmo professores de hoje.

O programa que Taunay elaborou para a nova Faculdade de Filosofia, em bora um tanto teórico, pois inexequível para quem dispunha de apenas duas aulas por semana e durante um ano só, constitui excelente roteiro para o estudo de nossa evolução histórica. Não podendo ministrá-lo todo, como certamente seria de seu desejo, Taunay fez o que faziam todos os professores da novel instituição: destacava do programa os tópicos que julgasse mais interessantes e desenvolvia-os com mais atenção. Lembro-me de que suas preferências voltavam-se para a cultura do Brasil colonial, a civilização do açúcar e a história do café, assunto sobre o qual em breve encetaria sua grande obra, editada oficialmente pelo antigo Departamento Nacional do Café. Sei que o mestre gostou dessa experiência docente na Faculdade de Filosofia, apesar de certamente cansá-lo, pois suas aulas eram ao crepúsculo, das seis às sete e meia, e depois de um dia inteiro de trabalho no Museu. Mas a constituição que instituiu o Estado Novo, interceptou essa sua atividade tão magnificamente iniciada, voltando o mestre à sua Tebaida, isto é, ao Museu do Ipiranga.

A personalidade de Taunay foi sempre profundamente marcante. Cultural e moralmente. Não houve quem dele se aproximasse que não recebesse qualquer ordem de influências. Mesmo os que faziam restrições à sua obra - e várias podem ser feitas - não deixavam de reconhecer a seriedade e a honestidade com que a elaborou. Nunca foi homem de afirmações apressadas ou levianas. Preferia não tratar de um assunto ou então deixá-lo em suspense, se não contasse com sólido embasamento documental. Talvez por isso tenha dado a impressão de deixar obras incompletas, o que efetivamente aconteceu em muitos casos, quando não se sentia em condições de oferecer a última palavra para o tratamento de um tema ou simplesmente para o esclarecimento de uma questão. Compreende-se, então, porque Taunay empregava com frequência termos um tanto vagos para titular muitos dos seus livros: "Subsídios", "Achegas", "Notas", "Apontamentos", etc., a indicarem claramente o quanto o autor se encontrava consciente das dificuldades e longe ainda da palavra final, que pudesse dar à sua obra o caráter definitivo. Que lição para certos autores apressados, que, conhecendo os assuntos pela rama, tratando-os a "vol d'oiseau", estão sempre prontos a teorizar em definitivo, como oráculos infalíveis!

Outro traço característico de sua personalidade invulgar: a dedicação, diria mesmo o amor, com que se consagrava às tarefas que aprendia. Apaixo

nava-se (no bom sentido do termo), pelos temas de que tratava. Jamais os considerava encerrados. O ter escrito dois alentados livros sobre Bartolomeu de Gusmão não o fez interromper estudos e pesquisas, inclusive procurando na bibliografia estrangeira tudo o que pudesse interessar ao invento do nosso "Padre Voador". Dizia mesmo que se tivesse tempo, refundiria os primeiros tomos de sua "História Geral das Bandeiras Paulistas", em face de novas pesquisas, suas e de outros. Ao contrário de tantos que timbram em ignorar o que outros escrevem, Taunay estava sempre aberto à receptividade de tudo quanto fosse bom, viesse donde viesse. Basta ler, por exemplo, os prefácios dos diversos tomos da "História Geral das Bandeiras". Cada um deles apresenta como que um balanço crítico, um reconhecimento de tudo quanto se publicou desde o volume anterior. O como em alguns casos o espaçamento entre um volume e outro foi muito grande, os prefácios dos novos volumes vinham sempre recheados de indicações bibliográficas, especialmente aquelas que aclaravam pontos já ventilados ou até contradiziam algumas de suas assertivas. Mais de uma vez, como se costuma dizer, deu à mão à palmatória, quando a força das pesquisas arquivais falava mais alto.

TÍTULOS PARA OS PRÍNCIPES

Rui Vieira da Cunha

É uso em famílias reinantes a atribuição de títulos nobiliárquicos a seus membros, o que não vinga no Brasil.

Corre o boato, ac final do 1º Reinado, que os recém-chegados Marqueses de Loulé foram feitos Duques de Mariana. Dois estrangeiros como quaisquer outros e sem serviços ao país, explode um pasquim, em dura crítica: "Não bastam os nobres do teatro que o Executivo tem por cá feito para desonra desses títulos, que a Constituição faculta? Ninguém deve reconhecer esses dois nobres frescos, com que se pretende aviltar ainda mais a nobreza vil, que por aqui existe. Respeite-se muito embora a irmã do imperante e seu cunhado, porém a Duquesa de Mariana é irrisória, é marquesa de teatro, que só recebe atenções e cortêsias dos comicos; e pateadas da platéia quando não faz bem a seu papel" (1)

As sugestões, no 2º Reinado, se centram no Conde d'Eu, portador de um título dado pelo avô Luís Filipe a rogo dos súditos. (2) D. Amélia, em carta de Lisboa (10 de janeiro de 1865) a D. Pedro II, indica seja revivida a dignidade deferida a seu irmão, em favor do Orléans, que passaria a chamar-se o Príncipe D. Gastão, Duque de Santa Cruz. Argumenta que, com o domínio bonapartista em França, esse título evita timbrar a qualidade de príncipe francês exilado, como o faz o de Conde d'Eu, quando, com D. Isabel, percorrer cortes europeias. E aduz comentário jurídico: "Par la constitution tu as le pouvoir de conférer des grâces et un titre n'a rien à faire sur la ligne de succession. Celle-ci reste ce qu'elle est mais le titre peut être conféré à qui tu veux" (3)

Sortida sem êxito a rebrotar, em diferentes moldes, depois do término vitorioso da Guerra do Paraguai. A Princesa de Joinville escreve (Mount Le-